

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.882, DE 2011

Dá nova redação ao inciso VIII, § 1º do art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para incluir declaração sobre o quesito raça/cor no registro do candidato.

Autora: Deputada BENEDITA DA SILVA

Relator: Deputado EVANDRO MILHOMEN

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria da ilustre Deputada Benedita da Silva, tem por objetivo alterar a Lei nº 9.504, de 1997 (Lei das Eleições), para incluir entre os documentos que instruem o pedido de registro de candidatura à Justiça Eleitoral a declaração relativa à raça e à cor dos candidatos.

Segundo a autora da proposição, pesquisadores têm enfrentado dificuldades na coleta de informações referentes à participação política da população negra no Brasil, em decorrência da inexistência de quesito que se refira à raça ou à cor dos candidatos.

Nesse contexto, a proposição visa a produzir informações para análise do perfil dos pretendentes a cargos eletivos. Entende a autora que é fundamental a avaliação, a partir de dados estatísticos confiáveis, da sub-representação política da população negra.

Nesse contexto, o momento da formalização das candidaturas eleitorais é considerado ideal para obtenção das informações em questão.

A matéria foi distribuída inicialmente à Comissão de Direitos Humanos e Minorias, onde recebeu parecer unânime pela aprovação.

A proposição tramita em regime de prioridade, e está sujeita à apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Consoante o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD, art. 32, IV, 'a' e 'f'), compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifestar-se em relação à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, e quanto ao mérito da proposição.

A análise da constitucionalidade formal de um projeto de lei compreende a verificação da competência legislativa em razão da matéria, da legitimidade da iniciativa legislativa e da adequação da espécie normativa empregada.

A matéria está inserida na competência legislativa privativa da União (CF/88, art. 22, I). A iniciativa parlamentar é legítima, em face da inexistência de reserva consignada a outro Poder. A espécie normativa é adequada, tendo em vista tratar-se de alteração de lei ordinária em vigor. Não vislumbramos, pois, vícios de inconstitucionalidade formal.

Em seu aspecto substancial, entendemos que a proposição não viola qualquer princípio ou regra da Constituição Federal.

Na verdade, quando estabelece medidas concretas para aferir a representatividade política da população negra, visando à adoção de mecanismos de estímulo de candidaturas a cargos eletivos, a proposição se coloca em perfeita sintonia com os fundamentos e objetivos da República.

No tocante à juridicidade da matéria, não há óbices a apontar, tendo em vista sua consonância com os princípios que informam o ordenamento jurídico pátrio.

No que se refere à técnica legislativa empregada, optamos por especificar, em dispositivo novo, a exigência de preenchimento obrigatório de quesito relativo à raça/cor nos formulários de registro de candidaturas. Além disso, promovemos alteração na redação do art. 16, que trata da divulgação de dados sobre os candidatos, com referências ao sexo e ao cargo a que concorrem, para incluir também a referência à raça ou à cor.

Por razões de clareza, optamos por apresentar as modificações mencionadas na forma de Substitutivo.

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.882, de 2011, e quanto ao mérito, pela aprovação, nos termos do Substitutivo apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado EVANDRO MILHOMEN
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.882, DE 2011

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para exigir o preenchimento obrigatório do quesito relativo à raça/cor dos candidatos a cargos eletivos, no momento do pedido de registro de candidatura à Justiça Eleitoral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º -A.

“Art. 11. ...

...

§ 1º-A. O formulário de requerimento de registro de candidatos deve contemplar quesito, de preenchimento obrigatório, relativo à raça ou à cor dos candidatos, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), devendo a informação ser divulgada na forma do art. 16, caput.

.... (NR)”

Art. 2º O caput do art. 16 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. Até quarenta e cinco dias antes da data das eleições, os Tribunais Regionais Eleitorais enviarão ao Tribunal Superior Eleitoral, para fins de centralização e divulgação de dados, a relação dos

candidatos às eleições majoritárias e proporcionais, da qual constará obrigatoriamente a referência ao sexo, ao cargo a que concorrem e à raça ou à cor, conforme declaração constante do pedido de registro de candidatura”.

..... (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado EVANDRO MILHOMEN

Relator